

Estudo Técnico Preliminar 42/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.014227/2023-62

2. Descrição da necessidade

2.1. De acordo com a Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, Decreto Distrital nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, e Lei nº 6.484, de 14 de janeiro de 2020, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério de Cultura, como grandes geradores de resíduos sólidos, são integralmente responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos similares aos resíduos domiciliares, gerados em suas dependências, incluindo as atividades de segregação, coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final desses.

2.2. Entre os resíduos gerados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério de Cultura estão os Resíduos Comuns não Recicláveis, os quais são equiparáveis aos resíduos domiciliares, tais como: papéis sanitários, papéis de cozinha e copa, papéis metalizados, plastificados, adesivos, papéis que tiveram contato com alimentos, resíduos orgânicos, resíduos de varrição, resíduos de podas de grama e galhas, entre outros. Estes resíduos são classificados como Resíduos Classe II – Não Perigosos, segundo a ABNT NBR 10004.

2.3. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério de Cultura não dispõem de meios próprios (pessoal especializado, frota e local que funcione como aterro sanitário) para a realização das atividades disciplinadas pelos dispositivos legais citados, o que faz o com que a Administração utilize da estrutura de terceiros para viabilizar o cumprimento desses mandamentos legais.

2.4. Assim, a terceirização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios para serem executados de forma indireta é totalmente possível e encontra amparo legal, desde que vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contrato.

2.5. Atualmente existe um contrato para a prestação desses serviços ao Bloco "B" da Esplanada dos Ministérios, mas sua vigência expira em **31/12/2023**.

2.6. Desta forma, para que seja possível dar continuidade a gestão de forma ambientalmente adequada dos resíduos gerados no Bloco "B", é necessário a contratação de empresa especializada no gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências do condomínio do Bloco B, composto pelos Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA e Ministério da Cultura - MINC, para realizar coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação ou disposição final ambientalmente adequado desses resíduos.

2.7. Ademais, também visa a manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações prediais dos ministérios MMA e MINC, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício a um bom desempenho profissional.

2.8. Nesse sentido, os serviços, objeto da presente contratação, são imprescindíveis por, notadamente, tratar-se de atividades cuja falha na execução pode dar ensejo ao recebimento de notificações dos órgãos de fiscalização e, conseqüentemente, aplicação de multas, podendo comprometer a continuidade das atividades do MMA e MINC.

2.9. Para tanto, a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de execução das atividades especificadas encontra amparo legal na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5/2017 e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação, normas e/ou dispositivos correlatos que regem a matéria.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Gestão Administrativa	Anne Gracielle da Silva Roque

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.1.1. A licitante deverá atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos e cumprir todos os requisitos para participar do certame, desde o credenciamento no portal Compras Governamentais, da participação da sessão pública no dia e horário agendado para o envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.

4.1.2. Contratação sob o escopo da IN 05/2017-SEGES/ME.

4.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.1.4. Vale ressaltar, que o serviço em questão é classificado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sendo recomendado, *in casu*, que a contratação seja feita na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei 14.133/21.

4.1.5. Os serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, deverão abranger etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada e deverão observar às disposições contidas nos normativos federais e distritais que versem sobre o presente objeto, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), bem como a Política Nacional de Resíduos sólidos, Lei 12.305/2010, combinado com o Decreto 10.936/2022.

4.1.6. Conforme a Lei Distrital n.º 5.610/2016 e Decreto Distrital n.º 37.568/2016, a EMPRESA deverá ser cadastrada e autorizada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) para a prestação dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

4.1.7. Nos termos do art. 23, parágrafo único do Decreto Distrital n.º 37.568/2016, a coleta de resíduos indiferenciados e orgânicos deverá ser feita em veículo do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980 /1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de "chorume" e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo "rollon/roll-o".

4.1.8. Os sacos plásticos, onde os resíduos serão acondicionados, deverão ser recolhidos, manuseados e transportados com cuidado para não os danificar. Caso haja rompimento desses, os resíduos espalhados deverão ser imediatamente varridos, recolhidos e colocados em recipientes adequados, pela própria equipe da CONTRATADA.

4.1.9. A limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final deverá ser realizada pela CONTRATADA.

4.1.10. A CONTRATADA deverá ter mão de obra necessária, devidamente qualificada ao desempenho dos serviços contratados.

4.2. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva:

4.2.1. Os serviços serão realizados de forma contínua, mas sem a necessidade da CONTRATADA manter, em período integral e de forma exclusiva, os funcionários à disposição da Administração, para que executem tarefas de seu interesse.

4.3. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.3.1. As práticas sustentáveis no tratamento do lixo estão associadas à diminuição da poluição, reciclagem, compostagem, incineração e eliminação do desperdício.

4.3.2. Quando da execução dos serviços, adotar as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI /MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e demais legislações em vigor, baseando-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental.

4.3.3. Além dos critérios de sustentabilidade previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRATADA e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, devem ser atendidos requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3.4. Para isso é preciso que a tratadora de resíduos adote atitudes e estratégias sustentáveis. Essas práticas sustentáveis é que conseguem garantir a adequada destinação do resíduo e a manutenção da natureza.

4.3.5. Práticas Sustentáveis é o termo que define o conjunto de ações adotadas pelas empresas no tratamento do lixo visando o respeito ao ambiente e à sociedade em que está inserida.

4.3.6. Além de ter grande importância social e ambiental, adotar práticas sustentáveis no tratamento do lixo auxilia a empresa a se posicionar positivamente perante seus clientes. Haja vista que eles ficaram mais conscientes da importância da preservação ambiental e, buscam serviços de empresas sustentáveis.

4.4. Duração inicial do contrato:

4.4.1. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos limitado até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme a Lei Distrital n.º 5.610/2016 e Decreto Distrital n.º 37.568/2016, para execução de atividades do gerenciamento de resíduos sólidos, os grandes geradores, como o MMA e MINC, podem celebrar contrato apenas com empresas, cooperativas e associações cadastradas no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.

5.2. Em suma, a Lei Distrital n.º 5.610/2016 e Decreto Distrital n.º 37.568/2016 já traz a solução disponível no mercado.

5.3. Além do ponto acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. Descrição da solução como um todo

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1. Os serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências do MMA e MINC, abrangendo as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada deverão observar às disposições contidas neste ETP, nos normativos federais e distritais que versem sobre o presente objeto, bem como as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

6.2. Conforme a Lei Distrital nº 6484, de 14 de janeiro de 2020 e Decreto Distrital nº 42.032, de 26 de abril de 2021, a CONTRATADA deverá ser cadastrada e autorizada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

6.3. Os resíduos sólidos indiferenciados e rejeitos serão acondicionados pelo MMA e MINC, em sacos plásticos, e depositados em contêineres próprios dos referidos Ministérios.

6.4. Os materiais recicláveis secos separados nas dependências do MMA e MINC não integrarão a presente contratação, e sim serão destinados às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, em conformidade com o Decreto 10936/2022.

6.5. A CONTRATADA deverá efetuar no mínimo 3 vezes por semana, em dias úteis a coleta dos sacos depositados nos contêineres, no horário das 9h00 às 17h00. No âmbito do depósito, a frequência poderá ser alterada em razão da demanda.

6.6. A faixa horária de coleta, previstos neste item, poderão ser alterados, desde que comunicado à CONTRATADA com antecedência.

6.7. Os resíduos somente serão coletados mediante recibo/relatório de retirada, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade de peso recolhido.

6.8. A equipe coletora da CONTRATADA deverá recolher, manusear e transportar os sacos plásticos com cuidado para não os danificar. Caso haja rompimento desses, os resíduos espalhados deverão ser imediatamente varridos, recolhidos e colocados em recipientes adequados, pela própria equipe da CONTRATADA.

6.9. O responsável pela operação de coleta deverá assegurar-se que os contentores estejam íntegros, devidamente vedados e amarrados de forma segura, sem risco de acidentes ou derramamento do resíduo.

6.10. É de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final. Os resíduos deverão ser descarregados em vazadouros próprios e permitidos por lei.

6.11. Os empregados da CONTRATADA deverão realizar os serviços devidamente uniformizados, portar crachá de identificação com foto, e estar munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades.

6.12. Nos termos do art. 23, § 1º do Decreto Distrital nº 37.568/2016, a coleta de resíduos indiferenciados e orgânicos deverá ser feita em veículo do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980/1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de "chorume" e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo "rollon/roll-o".

6.13. A responsabilidade pelos resíduos sólidos urbanos não perigosos, produzidos pelo MMA e MINC e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada desses, é da CONTRATADA, devendo ressarcir ao MMA e MINC quaisquer despesas que esses venham a ter em razão de débitos, multas e/ou infrações, aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou distritais.

6.14. A CONTRATADA deverá indicar expressamente em sua proposta em qual o Aterro Sanitário irá realizar a disposição final dos rejeitos, qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao CONTRATANTE com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.

6.15. Nos termos do art. 10, § 2º da Lei Distrital nº 5.418/2014, "os resíduos sólidos gerados no Distrito Federal somente têm autorização de transporte para outros estados da Federação após autorização ou declaração expressa de concordância emitida pela autoridade ambiental competente do estado receptor dos resíduos"

6.16. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do Contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos necessários para suprir as necessidades da futura contratação foram obtidos por meio do histórico de contratações anteriores, dos processos **00000.007781/2017-00** referente ao Pregão Eletrônico SRE nº 07/2017 e Ata de Registro de Preços nº 11/2017, ambos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tendo a participação deste Ministério do Meio Ambiente como órgão participante do registro de preços, que resultou em uma contratação continuada nos anos de 2018 a 2022, e o processo **02000.007474/2022-21** contratação atual por dispensa, com duração de 12 (doze) meses com vigência até 31.12.2023.

Histórico de coleta de Resíduos sólidos – MMA/MINC (Em toneladas)					
	2019	2020	2021	2022	*2023
MMA	23,790	14,670	16,367	18,143	20,950
MINC	16,490	12,060	8,892	9,931	12,985
TOTAL	40,280	26,730	25,259	28,074	33,935
MÉDIA/MENSAL					**3,770

* De janeiro a setembro (9 meses)

**Média dos meses de janeiro a setembro, aferidos em 2023

7.2. Como pode ser observado no quadro acima, devido a Pandemia da COVID 2019, nos exercícios de 2020 e 2021, o volume de resíduos produzidos pelo MMA e MINC caiu praticamente pela metade, tendo em vista que maioria dos servidores estavam em teletrabalho, reduzindo assim a quantidade de resíduos gerados.

7.3. Contudo para definição do quantitativo a ser contratado, foi considerado a média do ano de 2023, acrescidos na média geral o percentual de 10%, tendo em vista que as atividades presenciais dos órgãos MMA e MINC retornaram gradativamente.

7.4. O quantitativo estimado para esta contratação é de **50 toneladas/ano**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 27.500,00

8.1. O custo estimado para a contratação de empresa para o gerenciamento de resíduos sólidos, não perigosos, gerados nas dependências do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério da Cultura, abrangendo as etapas de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, compostagem, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada é de **R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN MEDIDA	QTDE	VL UNIT	VL TOTAL
1	Prestação de serviços continuados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, orgânicos e indiferenciados, gerados nas dependências do Ministério do Meio Ambiente Mudança do Clima e do Ministério da Cultura, localizados no Bloco "B", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, abrangendo as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada.	14265	Tonelada	50	R\$ 550,00	R\$ 27.500,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

9.1.1. Nesse sentido, o serviço a ser contratado referenciado neste Estudo Técnico Preliminar é único, não sendo possível parcelá-lo.

9.1.2. Para essa contratação o serviço é simples e não envolve grande complexidade, assim não haverá perda da economia de escala, uma vez que o serviço é comumente realizado pelas empresas de forma integral. pois se trata de um único item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e da Cultura não possuem contratações correlatas ou independentes sobre esse assunto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 36

IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-23/2023

VI) DFD 53/2023

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Espera-se que a contratação promova a continuidade da prestação dos serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério da Cultura e ainda:

12.1.1. Manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações prediais do MMA e MINC, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício a um adequado desempenho profissional;

12.1.2. Atendimento à demanda de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, nos termos da Lei Distrital nº 5.610/2016, do Decreto Distrital nº 37.568/2016 e da Resolução da ADASA nº 14/2016;

12.1.3. Incentivo ao consumo e o descartes sustentável dos resíduos produzidos;

12.1.4. Garantir o regular funcionamento das atividades da CONTRATANTE.

12.1.5. Propiciar um ambiente de trabalho adequado para servidores, estagiários e colaboradores, de modo a agregar valor público à CONTRATANTE.

12.1.6. Contribuir para a preservação ambiental.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra necessidade de tomada de providências para adequação do ambiente do órgão para prestação do serviço objeto deste Estudo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A CONTRATADA, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação ou disposição final ambientalmente adequado dos resíduos;

14.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, em especial, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação.

14.3. Executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente.

14.4. À CONTRATADA são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- Lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- Lançamento in natura a céu aberto;
- Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- Deposição inadequada no solo;
- Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;
- Utilização para alimentação humana;
- Outras formas vedadas pelo poder público.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, salientando tratar-se de serviço de natureza continuada e imprescindível ao funcionamento das unidade do MMA e MINC, bem como para atender aos requisitos legais estabelecidos pelas legislações ambientais vigentes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRO DA SILVA SOUTO

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 13:31:26.

EDMILSON BRANDAO GIRARDI

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 12:07:48.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 13:37:42.

ELTON DE SOUZA ARAGAO

Coordenador de Administração Predial Substituto



Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 15:45:47.

Número do Documento de Formalização da Demanda: 53/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa - CGGA-SPOA	31/12/2024 00:00	440001	CAMILA SATIRO PRAXEDES

Descrição sucinta do objeto

Contratação de serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências do Condomínio do Bloco B

2. Justificativa de necessidade

A presente contratação visa atender à Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, o Decreto Distrital nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, alterado pelo Decreto nº 38.21, de fevereiro de 2017, que dispõem sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal, a qual o MMA está inserido. Sendo assim, é imprescindível a contratação de serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências do Condomínio do Bloco B, Esplanada dos Ministérios, abrangendo as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação ou disposição final ambientalmente adequado

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA	COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL	36,00	600,00	21.600,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRO DA SILVA SOUTO

Membro da comissão de contratação

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.